



POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA-PE

Adelso Antonio Monteiro dos Santos¹, Eliabe Roberto de Souza²

¹ Aluno do Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UFRPE. E-mail: adelsoantonio@hotmail.com. ² Professor pesquisador no Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UFRPE. E-mail: elroso2009@gmail.com.

RESUMO: De acordo com a Lei n. 11.326/2006, para que a Política Nacional da Agricultura Familiar atinja os seus objetivos, se faz necessário que o poder público promova o planejamento e a execução das ações nas áreas de crédito, assistência técnica e extensão rural, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização, dentre outros. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como a Política Nacional de Agricultura Familiar tem sido efetivada no Município de Alagoinha-PE, no período de 2010 a 2020. A pesquisa teve caráter qualitativo e para coleta de dados primários foram realizadas entrevistas estruturadas com agricultores rurais familiares do assentamento PA Santa Rosa em Alagoinha-PE. Os resultados revelam que os agricultores rurais familiares não têm acesso aos recursos financeiros governamentais e que tiveram acesso à assistência técnica rural mediada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, porém de forma descontínua. Sobre ações de cooperativismo e associativismo, relatam os agricultores rurais familiares, de forma unânime, que participam da associação do assentamento em que residem. No que diz respeito às atividades de educação, capacitação e profissionalização, receberam capacitação sobre atividades agropecuárias, contudo, de tempos em tempos. Também, os agricultores rurais familiares relatam não praticarem atividades de agroindustrialização como geradora de renda. Sendo assim, conclui-se que não há efetivação da Política Nacional de Agricultura Familiar no assentamento PA Santa Rosa, no Município de Alagoinha-PE, pelo fato que os objetivos desta política pública não são atingidos conforme determina a Lei n.11.326/2006.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agricultura familiar. Assentamento rural. Agroindústria. Demanda rural familiar.

1 INTRODUÇÃO

Não raro se vê na mídia televisiva ou impressa, informações sobre a balança comercial brasileira e tamanha é a perplexidade com a capacidade produtiva nacional. Segundo dados do Centro Internacional de Negócios de Pernambuco (CIN) e da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) sobre a Balança Comercial do Brasil no período de janeiro a abril de 2020 as exportações chegaram à cifra de US\$ 67.361.289.780 FOB e as importações aos valores de US\$ 55.560.630.668 FOB, gerando um saldo de 11.800.659.112 FOB (CIN; FIEPE, 2020).

Em se tratando das exportações de Pernambuco no mês de abril de 2020, sobre as grandes categorias econômicas, se evidencia os bens intermediários, tais como alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria, cujos valores correspondem a US\$ 3.185.398 FOB, e os bens de consumo relativos aos alimentos e bebidas básicos, destinados



principalmente ao consumo doméstico na ordem de US\$ 10.307.649 FOB (CIN; FIEPE, 2020).

Embora os valores sejam expressivos, tragam riquezas para o país e para o estado, são originados de uma produção industrial, agrícola e agropecuária que tem por destino o comércio exterior.

A agricultura familiar é a contraparte econômica de 90% das cidades brasileiras com até 20 mil habitantes e um setor muito importante para o desenvolvimento econômico do país, pois fomenta a geração de renda, a promoção da inclusão social, a fixação do homem no campo e o combate à pobreza, além de estimular a prática da alimentação saudável (SCHWANKE, 2019).

A Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE), relativa ao ano de 2018, revela que o Município de Alagoinha-PE, possui vocação agrícola e pecuária, apresentando 850 (ha) de área colhidas, destacando-se a cultura do feijão com 120 (ha), a mandioca com 230 (ha) e milho com 500 (ha). No que se refere ao efetivo dos rebanhos ressaltam-se o suíno com 13.500 animais, o bovino com 9.700 animais, o caprino com 3.100 animais e 48.500 animais entre galos, frangas, frangos e pintos (PERNAMBUCO, 2018).

A Lei nº 11.326/2006, que trata da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, registra no Art. 5º que para atingir os seus objetivos, o poder público promoverá o planejamento e a execução das ações nas seguintes áreas: crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização, negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: como a Política Nacional de Agricultura Familiar tem sido efetivada entre os agricultores familiares do Município de Alagoinha-PE?

A agricultura familiar e as políticas relacionadas a ela têm sido alvo de pesquisas de autores como Buanain, Romeiro e Guanzioli (2003) Alves (2006), Sanches (2011), Garcia e Vieira Filho (2014), Graeub *et al.* (2016), Souza e Farias (2019), Lemos e Santiago (2020), porém, nota-se a ausência de estudos sobre a Política Nacional de Agricultura Familiar no Município de Alagoinha-PE.

Por outro lado, o estudo sobre a Política Nacional de Agricultura Familiar e sua efetivação no Município de Alagoinha-PE pode promover nova visão sobre a instituição de políticas públicas que favoreçam a fixação de famílias em suas terras, a geração de renda, além do ciclo virtuoso da economia.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como a Política Nacional de Agricultura Familiar tem sido efetivada no Município de Alagoinha-PE, no período de 2010 a 2020. Derivam do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: apresentar entendimento dos agricultores familiares sobre disponibilidade e acesso ao crédito rural; relatar atividades de assistência técnica e extensão rural por parte da esfera pública no meio rural familiar alagoinhense; especificar ações de cooperativismo e associativismo entre os agricultores familiares; descrever atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os produtores rurais familiares; identificar práticas de agroindustrialização como geradora de renda.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base de subsistência dos vegetais e animais está relacionada à disponibilidade de elementos minerais, água e radiação solar para que esses organismos consigam completar o seu ciclo de vida. Convém ressaltar que devido à disposição desses fatores na natureza há uma variedade de biomas que, por suas especificidades, apresentam características diferentes no solo, nas plantas, nos animais e nas pessoas que ali residem.

No caso do Nordeste brasileiro e na região do bioma Caatinga, há predominância do clima semiárido, o qual apresenta baixa umidade e pouco volume pluviométrico durante todo o ano, situações estas que não favorecem a prática da agricultura para a maioria das culturas agrícolas, seja ela em larga escala ou de subsistência.

De acordo com Sabourin e Caron (2003), o Nordeste foi a primeira região brasileira colonizada pelos portugueses e que conheceu a prosperidade financeira devido às exportações do açúcar para o continente europeu, porém, o acúmulo de riquezas nas mãos de uma minoria e a prática da importação de produtos luxuosos interromperam o desenvolvimento da região.

Para Sabourin e Caron (2003), na região Nordeste, a maioria da população rural está relacionada com a agricultura familiar e que ela ocupa regularmente as faixas geográficas e econômicas desvalorizadas pelas grandes empresas e grandes proprietários.

Sob um viés analítico se percebe que historicamente a maioria das políticas públicas agrícolas consolidou um modelo socioeconômico que trazia uma orientação urbana, que levou a população do campo a migrar para as cidades.

Isso ocorreu basicamente devido à lógica de desenvolvimento implementada pelas políticas públicas, notadamente a partir da década de 1960, embasada numa concepção capitalista onde se extrai o lucro e mais-valia a partir das desigualdades regionais, locais, rurais e urbanas (ARAÚJO, 2011, p.39).

De acordo com a Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, no Art. 2, incisos I, II e III, revelam que a referida política se respalda nos seguintes pressupostos:

I - a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade; II - o setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado; III - como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar, aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia; (BRASIL, 1991).

Vale ressaltar que no ano de 2006, a produção agrícola familiar passou a ser regida pela Lei nº 11.326, que “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006).

Destarte a Lei nº 11.326/2006, no Art. 4º, apresenta os seguintes princípios:

descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e



etnia; participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

Cabe ainda destacar que a Lei n. 11.326/2006, no Art. 5º, revela que para atingir seus objetivos, a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas”, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas de efetivação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

ÁREAS	
I - Crédito e fundo de aval;	VII - habitação;
II - infraestrutura e serviços;	VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
III - assistência técnica e extensão rural;	IX - cooperativismo e associativismo;
IV - pesquisa;	X - educação, capacitação e profissionalização;
V - comercialização;	XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
VI - seguro;	XII - agroindustrialização.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2006).

É fato que a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais só se efetiva em consonância com a Política Agrícola e com as políticas relacionadas à reforma agrária (BRASIL, 2006).

Segundo Alves (1997) a agricultura familiar requer uma averiguação rigorosa dos pesquisadores em economia rural, sobre as práticas exitosas em programas implantados em países desenvolvidos; uma vez que procuram esmiuçar a agricultura brasileira em etapas conhecidas por agricultura tradicional, em transição e moderna. Além do mais, os modelos buscam, em suma, criar uma teoria da dualidade, ou seja, o setor rural, aquele tradicional; e o industrial, o moderno, em que o salário do trabalhador era determinado pelo mercado de trabalho.

De acordo com Alves (1997) a agricultura familiar é um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha no estabelecimento, em conjunto com a família.

Para Abramovay (1997) existem dois preconceitos que perduram e necessitam ser superados no que diz respeito à agricultura familiar. O primeiro preconceito relaciona a agricultura familiar como sinônimo de produção de baixa renda, pequena produção ou agricultura de subsistência. Já o segundo preconceito esquadrinha as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a exteriorização refinada do desenvolvimento agrícola.

Segundo Abramovay (1997) a utilização da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. No passado, não muito distante as expressões “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” ou “agricultura de subsistência”, eram empregadas em documentos oficiais de forma indiscriminada e rudimentar.



Assim a pequena produção, agricultura de subsistência ou agricultura de baixa renda circunda um juízo prévio sobre o desempenho econômico desta paridade. Abramovay (1997, p.74) relata que o “[...] que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito”.

No entender de Alves (2006), os agricultores familiares possuem pequenas áreas, porém, mantêm terra ociosa pelo fato da pouca mão de obra familiar disponível, além do baixo nível de mecanização agrícola, favorecendo a capacidade ociosa do estabelecimento rural. De modo que o acesso à mecanização agrícola é de suma importância para a agricultura familiar, para que a área territorial seja explorada na realização das atividades agrícolas no período certo, com exatidão e menos esforço físico.

Segundo Scheuer (2019, p.133), a efetivação das políticas públicas no Brasil apresenta direção contrária quanto à classe de agricultor. De um lado encontra-se a agricultura não familiar constituída por médios/grandes agricultores, produtores rurais, agropecuaristas, agronegócio, entre outros, e também aqueles agricultores que não se integram na Lei da Agricultura Familiar, porém são assistidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quanto à execução das políticas de desenvolvimento econômico. Do outro lado se encontra a agricultura familiar que é constituída por agricultores “[...] que desempenham atividades rurais com área não superior a quatro módulos fiscais, com o emprego de mão de obra familiar, renda composta por um percentual mínimo da agropecuária e gestão do estabelecimento a partir da unidade familiar”, sendo então assistidos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar.

De acordo com Souza e Farias (2019), os programas e projetos relacionados à Política Agrícola Nacional em Pernambuco são geridos pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA). Enquanto que a Secretaria Executiva de Tecnologia Rural e Programas Especiais da SARA é responsável pelo Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural).

Para Garcia e Vieira Filho (2014), independente de o Brasil ser conhecido como o “celeiro do mundo”, o mesmo não é o maior produtor de alimentos. Mas não se pode deixar de levar em conta que a atividade agropecuária tem garantido a segurança alimentar das famílias do meio rural.

Segundo Garcia e Vieira Filho (2014, p.97) “a segurança alimentar, [...] pode ser considerada uma importante condição para que se tenha acesso a mercados dinâmicos, além de ter se tornado fator decisivo de vantagens competitivas no mercado internacional”.

Garcia e Vieira Filho (2014) ainda advertem que as atividades empregadas na política comercial agrícola brasileira devem abranger dimensões de cunho estrutural, uma vez que o incentivo à produção e comércio agropecuário deve proporcionar o crescimento de ações que auxiliem o aumento da produtividade, redução de intermediários no escoamento da produção, agregação de valor e profissionalização da gestão dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Vale salientar que o cenário nacional brasileiro é repleto de instabilidade para a agricultura familiar. De acordo com Lemos e Santiago (2020) os habitantes que subsistem no Semiárido brasileiro estão sujeitos às vulnerabilidades de ordem climáticas, econômicas e sociais. Com isso, as peripécias são ainda maiores para os agricultores familiares desta região, que têm a árdua tarefa de cultivar a terra em ambiente cuja característica predominante é a pluviometria irregular, temporal e espacialmente, além disso, o sequeiro, o fato de solos rasos



com elevação do cristalino, temperaturas altas, técnicas rudimentares de cultivo e o descaso do poder público.

Portanto, se faz necessário o descortinar dos horizontes sobre o estabelecimento da Política Nacional de Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais, na perspectiva da disponibilidade do crédito, da assistência técnica rural, na promoção da segurança alimentar, na produção agropecuária e oferta de alimentos para suprir as necessidades básicas e a obtenção de renda como forma de possibilitar a fixação das famílias no meio rural.

3 METODOLOGIA

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais é um conjunto de ações, princípios e instrumentos que se materializam no fazer cotidiano do agricultor familiar ou do empreendedor familiar rural e ainda da comunidade circunvizinha.

Neste sentido a pesquisa sobre Política Nacional de Agricultura Familiar e agricultura rural familiar se reveste de simbolismos e crenças; e, conseqüentemente, características qualitativas.

De acordo com Zanella (2012) a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como o tipo de investigação baseada principalmente natureza dos objetos, com a particularidade da não-utilização de instrumental estatístico para analisar os dados.

Como forma de descrever os fenômenos e os seus significados que ocorrem no desenvolvimento das práticas da agricultura familiar, esta pesquisa se enquadra no estudo de caso.

Para Pereira, Godoy e Terçariol (2009, p.425) o estudo de caso permite “[...] a visão unitária do objeto de estudo em seu contexto, podendo integrar diferentes perspectivas disciplinares e diferentes técnicas investigatórias”.

No entender de Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia selecionada para examinar acontecimentos contemporâneos, porém, sem haver a manipulação de comportamentos relevantes.

3.1 Local da pesquisa

O Município de Alagoinha-PE, está localizado na Região de Desenvolvimento Agreste Central e faz limite com os municípios de Pesqueira e Venturosa. A população municipal foi estimada no ano 2019 em 14.636 pessoas (PERNAMBUCO, 2018).

No Município de Alagoinha-PE existem vários produtores rurais familiares oficialmente cadastrados pelos órgãos governamentais e não cadastrados.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os produtores rurais familiares cadastrados em sua base de dados estão dispostos em dois assentamentos rurais: o PA Porteiras com 9 famílias assentadas e o PA Santa Rosa com 33 famílias assentadas (BRASIL, 2017).

Nos assentamentos “PA Porteiras” e “PA Santa Rosa”, os produtores rurais familiares realizam atividades de cultivo de produtos agrícolas e de criação de animais para a subsistência de suas respectivas famílias, bem como fonte de geração de renda.

3.2 Coleta de dados

A escolha do assentamento PA Santa Rosa, surgiu da inquietação pela falta de estudos que abordasse sobre a Política Nacional de Agricultura Familiar na localidade de Alagoinha-



PE e, também, como forma de abordar a temática de geração de renda e a descoberta das potencialidades locais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista estruturada, pelo fato de permitir a obtenção de dados relativos às práticas e vivências das famílias de agricultores familiares.

Henrique e Medeiros (2017, p.60-61) afirmam que a entrevista “é um instrumento dos mais valiosos na área das Ciências Sociais. Por meio dela, podem-se averiguar fatos, verificar a opinião sobre determinados acontecimentos ou objetos, checar sentimentos, conhecer condutas e motivações”.

De acordo com Zanella (2012) a vantagem da utilização desta técnica, que costumeiramente é empregada em pesquisas qualitativas, está relacionada ao fato de poder ser aplicada para todos os segmentos da população, abrangendo até os iletrados; também propicia maior flexibilidade ao entrevistador, pois permite analisar atitudes, comportamentos, reações e gestos.

A entrevista constou de 19 perguntas distribuídas em cinco blocos. O primeiro bloco tratou de apresentar o entendimento dos agricultores familiares sobre a disponibilidade e acesso ao crédito rural; o segundo bloco procurou relatar atividades de assistência técnica e extensão rural por parte da esfera pública no meio rural familiar alagoanhense; o terceiro bloco inquiriu sobre as ações de cooperativismo e associativismo entre os agricultores familiares; o quarto bloco procurou descrever atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os produtores rurais; e, por fim, o quinto e último bloco buscou identificar práticas de agroindustrialização como geradora de renda.

Para a realização das entrevistas, primeiro foi contatado o presidente da associação do assentamento PA Santa Rosa, para identificar as famílias assentadas e as não assentadas.

Dado ao quantitativo de famílias assentadas no PA Santa Rosa, as entrevistas foram realizadas com quatro chefes de famílias de produtores rurais, sendo três do gênero masculino e uma do gênero feminino. As entrevistas foram realizadas nos dias 04, 05, 08 e 11 de dezembro de 2020.

As entrevistas foram gravadas individualmente, de forma digital, com o consentimento pessoal de cada um dos chefes de famílias rurais, sendo posteriormente transcritas para análise das falas.

Os entrevistados foram identificados em suas falas, de forma aleatória, por letras maiúsculas do alfabeto latino (A, B, C e D), como forma de preservar as suas identidades.

3.3 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada com base na análise do discurso, tendo como fundamento a linguagem contida nos discursos dos agricultores rurais familiares, e assim transformá-la em informações a fim de reportar ao estudo de caso.

Caregnato e Mutti (2006, p.680) relatam que análise do discurso tem a presunção de interpelar os sentidos em diversos aspectos da criação “[...] que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entre cruzadas com séries textuais (orais ou escrita) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança)”.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006) o pesquisador é um intérprete, que faz uma análise inclusive discursiva influenciada por sua afeição, suas crenças, seus experimentos, entre outros. Sendo assim, a compreensão dos fatos deverá ser realizada através do discurso



de terceiros e dos fragmentos de um discurso maior com vistas aos posicionamentos mostrados pelos sujeitos por meio de suas impressões linguísticas.

A análise dos dados, de cunho qualitativo, foi realizada com base no agrupamento de informações, preservando as características sociais presentes na linguagem do grupo de agricultores rurais familiares e respeitando as suas visões de mundo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa sobre a “Política Nacional de Agricultura Familiar: um estudo de caso no Município de Alagoinha – PE” teve por objetivo geral investigar como a Política Nacional de Agricultura Familiar tem sido efetivada no Município de Alagoinha – PE, no período de 2010 a 2020. Sendo assim, foram obtidos os resultados descritos abaixo.

No que diz respeito a apresentar o entendimento dos agricultores familiares sobre disponibilidade e acesso ao crédito rural, primeiro buscou-se saber o envolvimento com as práticas da agricultura familiar no assentamento. Ao serem questionados sobre o tempo em que vivem no assentamento PA Santa Rosa, os entrevistados responderam conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2 – Tempo de vivência no assentamento PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	“há 28 ano”. (sic)
B	“eu nasci e me criei, há 59 anos”.
C	“há 20 ano”. (sic)
D	“há 46 anos”.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se com as respostas do Quadro 2, a importância destacar que todos os entrevistados residem há mais de 20 anos no assentamento. Registra-se que as terras em que o assentamento se encontra pertenciam à antiga fábrica dos derivados de tomate “Rosa”, no Município de Pesqueira- PE.

Ao serem perguntados sobre as práticas de cultivo ou criação, os entrevistados responderam de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 – Prática de cultivo ou criação de assentados no PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	“Começa de novo... é vaca, porco, galinha, bode, ovelha”. “Pranta palma capim, milho, feijão”, “galinha, pintos, porco, vaca, ovelha, bode”. (sic)
B	“Eu pranto milho, feijão, jerimum, é melancia, maxixe, essas coisas assim”. “Eu crio ovelha”. (sic)
C	“Agente pranta feijão é feijão de corda, feijão de arranca, milho, jirimum, fava, melancia, essa... essa cultura de rotina da gente, né? Mandioca, macaxera, batata doce”. “Galinha, porco e gado”. (sic)
D	“Bom, agente aqui pranta palma e capim. Agente cria vaca, cabra, galinha e porco”. (sic)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



Verifica-se no Quadro 3 que, dentre as culturas citadas, os relatos com mais frequência são feijão e milho, seguidos por melancia, jerimum, palma e capim. Sobressaem também a criação de porco, galinha, vaca e ovelha.

Quando questionados sobre, o uso de recursos para a manutenção da propriedade e cultivo, os entrevistados responderam conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Recurso para manutenção da propriedade no PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	<i>“O recurso é o recurso da propriedade mermo, a renda que agente tem aqui de dentro mermo que agente usa pra comprar as ferramentas, sementes e tudo”. (sic)</i>
B	<i>“Eu compro com meu, com as minhas condições, quando as condições dá, ai é tudo por minha conta”. (sic)</i>
C	<i>“A semente do prantio, agente sempre mantém um banco de semente e ferramenta, utensílio pá alimentação animal é compra. Quando não tem safra a gente compra, quando tem safra agente é faz o reservatório da produção pra o criatório”. (sic)</i>
D	<i>“Recurso é o dinheiro que a gente recebe quando vende um animal do rebanho, muitas vez pra comprar a ração pra os outro”. (sic)</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os entrevistados relatam no Quadro 4, que dispõem apenas de recursos oriundos da própria criação ou cultivo da propriedade, e não recorrem a empréstimos para aquisição de ferramentas e utensílios. Ressalta-se que a Lei n. 11.326/2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar revela que o crédito é elencado primeiro para que a referida política execute as suas ações. Todavia, percebe-se a partir das falas dos entrevistados que esses recursos não chegam ao PA Santa Rosa, porque os órgãos governamentais responsáveis pelo encaminhamento e orientação dos agricultores não oferecem a devida assistência.

Sobre relatar atividades de assistência técnica e extensão rural por parte da esfera pública no meio rural familiar alagoanhense, perguntou-se aos agricultores familiares quais atividades de assistência técnica e extensão rural a Secretaria de Agricultura Municipal, Adagro, IPA e UFRPE têm oferecido ao PA Santa Rosa, as repostas constam no Quadro 5:

Quadro 5 – Assistência técnica e extensão rural por parte da esfera pública no PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	<i>“Rapaiz na realidade aqui teve um tempo aí que o INCRA tava dando uma assistenciazinha, mai era muito pouca, depois da pandemia parou tudo”. (sic)</i>
B	<i>“A secretaria de agricultura tem ano que vem e manda o trator para arar a terra e tem ano que não vem. Esse ano eu não tive trator pra arar minha terra, dei muitas viagens mais num consegui”. (sic)</i>
C	<i>“Tivemos assistência técnica no governo, de... de, do final do governo de Lula, até o fim do governo de Dilma Rosefi, foi a... a assistência técnica fornecida pó uma empresa daí do sertão, de... de Parnamirim que chamada de Delta depois que passou, é... é o governo de Dilma nós não tivemos assistência de nem, nem do município, nem do INCRA, a Adagro é muito pouca e o IPA muito menos”. (sic)</i>
D	<i>“A atividade de assistência é pelo INCRA. Nos últimos anos o município não tem prestado assistência”. (sic)</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



A partir dos discursos dispostos no Quadro 5, agricultores familiares do assentamento PA Santa Rosa, expõem a existência de assistência, em um determinado período. Relatam ainda que o INCRA, que é a autarquia federal responsável por assentamentos no país, sendo a mais citada que tem prestado a assistência técnica rural, porém há descontinuidade nesse tipo de atividade.

Embora os agricultores familiares e assentados possuam saberes adquiridos pela prática de cultivo e criação com o passar do tempo, destaca-se que a assistência técnica e a extensão rural são previstas na Lei n. 11.326/2006 e os desdobramentos da assistência técnica rural e da extensão rural são conhecimentos técnicos fundamentais na estruturação, garantia e melhoria da produção adequada de cada região, além de proporcionar o desenvolvimento da agricultura familiar no campo.

Sobre especificar ações de cooperativismo e associativismo entre os agricultores familiares, ao serem perguntados se faziam parte de uma ou mais organizações (cooperativa, associação), os entrevistados responderam de acordo com o que consta no Quadro 6.

Quadro 6– Participação em organizações de cooperativismo ou associativismo no PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	<i>“Não. Por enquanto só a associação do assentamento”.</i>
B	<i>“Associação”.</i>
C	<i>“Faço parte de... de associação e sindicato, sindicato. Associativismo e sindicalismo. Eu sou secretário de agricultura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoinha”.</i>
D	<i>“Bom, eu faço parte da associação do assentamento”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segundo os dados do Quadro 6, os entrevistados afirmam fazer parte de associação. Um dos entrevistados também mencionou que faz parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde desenvolve atividades de secretário.

Vale ressaltar que as atividades de cooperativismo ou de associativismo favorecem um ambiente de discussões sobre as demandas dos agricultores familiares em relação às suas propriedades rurais, assim como permitem a participação individual dentro da coletividade dando vez e voz aos agricultores rurais familiares para que expressem seus anseios e necessidades. Atividades de cooperação e associativismo, proporcionam o barateamento na compra de insumos agrícolas e agropecuários devido ao maior volume de aquisição e garantem, todavia, o retorno financeiro conforme a participação individual de cada agricultor rural familiar.

Concernente à descrição de atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os agricultores familiares, foi perguntado aos entrevistados se participavam de atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os produtores rurais familiares e qual a frequência da participação. As respostas encontram-se no Quadro 7.



Quadro 7 – Capacitação em organizações e profissionalização entre agricultores familiares no PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	“Sim eu fiz um curso, de capacitação pra criação de galinha caipira, já foi em outra associação, vizinha daqui”.
B	“Era, era capacitação eles fazia, vinha explicava. Era assim demorava a vez de seis em seis meses, as vez de ano em ano... era”. (sic)
C	“Com certeza, participava sim. A Delta fazia capacitação é com... com os assentamentos frequentemente, era... era capacitações variadas de... de pra criatório, pra prantar, pra agricultura agricultura familiar, mais sempre tava tendo capacitação; frequentemente”. (sic)
D	“Não. Bom eu fiz um curso, uma vez, mais faz tempo”.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os discursos descritos no Quadro 7, se constata que os agricultores tiveram acesso a capacitação para desenvolvimento das atividades onde estão assentados. Em um dos discursos é citada a “Delta”, empresa privada, que realizava capacitação para os agricultores familiares na região.

Convém destacar que a educação, a capacitação e a profissionalização dos produtores rurais familiares possibilitam o emprego adequado dos recursos naturais, otimização do tempo, aumenta produtividade da propriedade rural e, por consequência, promove a geração de renda e qualidade de vida.

Para identificar práticas de agroindustrialização como geradora de renda, procurou-se saber se a produção na propriedade tinha como finalidade apenas o consumo da família e os entrevistados responderam como está disposto no Quadro 8.

Quadro 8 – Práticas de agroindustrialização e geração de renda no assentamento PA Santa Rosa

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	“Sim, só pra consumo mermo”. (sic)
B	“Sim. Eu crio poucos animais e a prantação é pouca”. (sic)
C	“A produção de agricultura e hortaliças agente produz mais pra o consumo de... da família. Quando sobra se vende pra os feirantes de feira livre, ou também tem alguns companheiros que... que eles próprios mermo vende nas feiras livres”. (sic).
D	“Sim. Quando sobra agente vende pra os feirantes”.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o Quadro 8, os entrevistados A e B, relatam que a produção na propriedade é pouca e acaba sendo consumida apenas pela família. Os entrevistados C e D destacaram que quando há excedentes, esses são vendidos nas feiras livres, por eles ou por feirantes que adquirem seus produtos.

Convém ressaltar que é importante a existência do excedente de produção familiar rural, pois, além do banco de sementes, o excedente da produção pode servir como produto de



troca entre os agricultores familiares rurais, parte pode ser vendida *in natura*, e o que não pode ser armazenado naturalmente pode ser minimamente processado e ter valor agregado, contribuindo com o aumento da renda, bem como na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares rurais.

Ainda com o intuito de esclarecer sobre práticas de agroindustrialização e geração de renda, perguntou-se aos agricultores familiares do PA Santa Rosa, se os mesmos haviam realizado algum curso que os capacitasse para a preparação da venda do excedente da sua produção. As repostas estão descritas no Quadro 9.

Quadro 9 – Participação em cursos para preparação e venda de alimentos

ENTREVISTADOS	DISCURSOS
A	“Não”.
B	“Não”.
C	“Eu não fiz não. Mais teve muitas pessoas que fazem parte da nossa associação que fez. Agente fez curso aí através do CEDAPP, né? que também é um orgulho parceiro do.. das área rural e principalmente nas áreas de assentamento” (sic).
D	“Não”.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Diante dos discursos dos agricultores familiares dispostos no Quadro 9, nenhum dos entrevistados realizou capacitação que possibilitasse preparo dos alimentos para a venda. O que prevalece no assentamento é a cultura de subsistência, haja vista, que os agricultores consomem praticamente tudo que produzem e o excedente é muito pouco para a comercialização.

Vale destacar que nem tudo o que se aprende através de conhecimentos novos se coloca em prática no cotidiano, porém a multiplicidade de saberes que se adquire ao longo da vida pode vislumbrar novos horizontes. Cursos voltados para a prática de preparação mínima de alimentos podem agregar valor àquilo que era excedente de produção, ou de aproveitamento consciente da produção. Esses cursos são promotores de segurança alimentar e nutricional, ocasionam a geração de renda e que, por sua vez, podem movimentar uma cadeia imensa de insumos em nível local, estadual e até da União.

Escrito isto, o conhecimento específico acerca de práticas de agroindústria e comercialização de produtos pode ser determinante para a evolução coletiva, quer dos membros das famílias de agricultores rurais ou da comunidade local.

5 CONCLUSÃO

A investigação sobre a “Política Nacional de Agricultura Familiar” no Município de Alagoinha-PE, se ocupou em responder como a referida política pública tem sido efetivada entre os agricultores familiares rurais alagoinhense.

A resposta ao problema da pesquisa tem sua base nos discursos de agricultores rurais familiares que afirmam que não têm acesso aos recursos financeiros governamentais, que já tiveram acesso à assistência técnica rural mediada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, porém de forma descontínua. Sobre ações de cooperativismo e associativismo, relatam de forma unânime que participam da associação do assentamento em



que residem. No que diz respeito às atividades de educação, capacitação e profissionalização, receberam capacitação sobre atividades agropecuárias, contudo, de tempos em tempos. Também, os agricultores rurais familiares relatam não praticarem atividades de agroindustrialização como geradora de renda.

Sendo assim, conclui-se que não há efetivação da Política Nacional de Agricultura Familiar no assentamento PA Santa Rosa, no Município de Alagoinha-PE, pelo fato que os objetivos desta política pública não são atingidos conforme determina a Lei n.11.326/2006.

Dentre as limitações presentes nesta investigação relata-se a pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, impondo regras de distanciamento social que acabaram dificultando o deslocamento até o assentamento para a realização das entrevistas e novas datas tiveram que ser remarcadas. Outro fator limitante da pesquisa está relacionado aos dados sobre o assentamento, visto que são escassos estudos sobre a temática no município.

A presente pesquisa não teve a intenção de esgotar a temática e, desta forma, sugere-se que outros estudos sejam realizados para esclarecer a adoção de ações e planejamentos da Política Nacional de Agricultura Familiar por parte das esferas municipais, estaduais e da União.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.73-78, 1997.

ALVES, E. A Agricultura familiar. **Revista Política Agrícola**, Brasília [DF], v. 6, n.3, p.28-32, jul./ago./set.1997.

ALVES, E. Agricultura familiar. **Revista Política Agrícola**, Brasília [DF], v.15, n.4, p.3-4, out./nov./dez. 2006.

ARAÚJO, I. X. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados: Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Superintendência Regional Pernambuco / Recife - SR 03. Painel de Assentamentos. 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.171 de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 6 jun. 2020.

BUANAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n.10, p.312-347, jul./dez. 2003.



CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.4, p.679-684, out./dez. 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DE PERNAMBUCO. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Balança Comercial**: abril 2020. Recife: FIEPE, 2020. Disponível em: <http://fiepe.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Balan%C3%A7a-Comercial-de-Pernambuco-Abril-2020.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Política agrícola brasileira Produtividade, inclusão e sustentabilidade. **Revista Política Agrícola**, Brasília [DF], v.23, n.1, p.91-104, jan./fev./mar. 2014.

GRAEUB, B. E.; CHAPPELL, M. J.; WITTMAN, H.; LEDERMANN, S.; KERR, R. B.; GEMMILL-HERREN, B. The state of family farms in the world. **World Development**, v. 87, p. 1–15, 2016.

LEMOS, J. J. S.; SANTIAGO, D. F. Instabilidade da agricultura familiar no Semiárido. **Revista Política Agrícola**, Brasília [DF], v.29, n.1, p.94-105, jan./fev./mar. 2020.

PEREIRA, L. T. K.; GODOY, D. M. A.; TERÇARIOL, D. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n.3, p.422-429, 2009.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado. **Cadernos Municipais**: Alagoinha [2018]. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/filtroCadernoEstatistico.aspx>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SABOURIN, E.; CARON, P. Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semi-árido . *In*: CARON, P.; SABOURIN, E. (Ed.). **Camponeses do sertão**: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

SANCHES, C. D. **A contribuição da sistematização de experiências para o fortalecimento do campo agroecológico e da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2011.

SCHEUER, J. M. Dinâmica da agricultura brasileira em 2006–2017. **Revista Política Agrícola**, Brasília [DF], v.28, n.3, p.131-147, jul./ago./set.2019.

SCHWANKE, F. H. K. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF): mais de 84% dos estabelecimentos agropecuários do país são de agricultores familiares. *In*: **ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2019**. Erechim: Gráfica e



Editora Bota Amarela, 2019. Disponível em:
<https://digital.agriculturafamiliar.agr.br/pub/agriculturafamiliar/>. Acesso em: 5 jun 2020.

SOUZA, E. R.; FARIAS, A. P. S. Política pública em curso para associações de produção agroindustrial de base familiar no Agreste de Pernambuco. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v.175, n.1, p.1-19, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.



APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA (PE)

Objetivo geral: Investigar como a Política Nacional de Agricultura Familiar tem sido efetivada no Município de Alagoinha-PE, no período de 2010 a 2020.

PERGUNTAS

Objetivo Específico: apresentar o entendimento dos agricultores familiares sobre disponibilidade e acesso ao crédito rural;

- Há quanto tempo o (a) senhor (a) está nesse assentamento?
- O (a) senhor (a) costuma plantar ou criar o quê?
- Com relação ao cultivo, quais tipos de culturas o senhor (a) cultiva/planta na sua propriedade?
- Quais animais o(a) senhor(a) cria?
- Para conseguir as sementes, ração (farelo, mel, sal), vacinas e os utensílios/ferramentas/insumos (enxada, arame, adubo, ciscador), que são usados no cultivo e criação, que recursos o senhor (a) costuma buscar?
- O (a) senhor (a) costuma solicitar empréstimo em algum banco para comprar sementes, ração, vacinas ou utensílios/ferramentas/insumos?

Objetivo Específico: relatar atividades assistência técnica e extensão rural por parte da esfera pública no meio rural familiar alagoinhense;

- Quais atividades de assistência técnica e extensão rural a Secretaria de Agricultura Municipal, Adagro, IPA e UFRPE assistência técnica e extensão rural têm oferecido?
- Como conseguiu ser assistido pela Secretaria de Agricultura Municipal, Adagro, IPA e UFRPE?
- As atividades oferecidas pela Secretaria de Agricultura Municipal, Adagro, IPA e UFRPE, tem sido suficiente?



Objetivo Específico: especificar ações de cooperativismo e associativismo entre os agricultores familiares;

- O (a) senhor (a) faz parte de uma ou mais organização (cooperativa, associação)?
- Como teve conhecimento dessa(s) organização(ões)?
- O (a) senhor (a) que tem tanta experiência com o cultivo e criação, depois que ingressou na(s) organização(ões) teve que mudar suas técnicas de trabalho na agropecuária?

Objetivo Específico: descrever atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os produtores rurais familiares;

- O (a) senhor (a) participa de atividades de educação, capacitação e profissionalização entre os produtores rurais familiares? Com qual frequência você participa?
- As atividades de educação, capacitação e profissionalização são promovidas por quais instituições ou organizações?
- Qual a importância das atividades de educação, capacitação e profissionalização para o (a) senhor (a)?

Objetivo Específico: identificar práticas de agroindustrialização como geradora de renda.

- A produção de verduras, hortaliças, frutas e animais no assentamento é voltada apenas para o consumo próprio da família?
- Em caso de se produzir mais do que aquilo que se consegue vender, sejam verduras, hortaliças, frutas, leite, ovos, animais(vaca, porco, cabra, peixe, abelha), é realizado algum preparado, por exemplo, como conserva, suco, caldo de cana, pipoca, queijo, bolo, linguiça, derivados do mel, com esses produtos?
- O (a) senhor (a) fez algum curso para preparar alimentos para vender? Quem ofereceu ou patrocinou o curso?
- Onde esses produtos são vendidos e quantas vezes por semana? Quem são os compradores?